2018

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

CRESOL

COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA | CENTRAL SC/RS

Crédito para seus sonhos

MOORE STEPHENS

RTA-059-2019

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o relatório dos auditores independentes

MOORE STEPHENS

RTA-059-2019

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Ribeirão Preto SP, 18 de março de 2019.

À
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO
Pinhalzinho SC

Atenção do Senhor **Romeu Both**
Presidente

Prezados Senhores:

Encaminhamos as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente.

Moore Stephens Prisma Auditores e Consultores

Hélio Mazzi Júnior
Diretor

As firmas-membro da Moore Stephens no Brasil, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente, são associadas à Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 2
Demonstrações financeiras 6
Balanços patrimoniais 6
Demonstrações do resultado 7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstrações dos fluxos de caixa 9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 10
1 Contexto operacional 10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis 11
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa 15
4 Títulos e valores mobiliários 15
5 Relações interfinanceiras 16
6 Operações de crédito 17
7 Outros créditos 19
8 Investimentos 20
9 Imobilizado de uso 20
10 Depósitos 20
11 Relações interfinanceiras 21
12 Outras obrigações 22
13 Patrimônio líquido 23
14 Dispêndios administrativos 25
15 Dispêndios de pessoal e honorários 25
16 Outros ingressos operacionais 25
17 Outros dispêndios operacionais 26
18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas 26
19 Seguros contratados 26
20 Instrumentos financeiros 26
21 Partes relacionadas 27
22 Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central SC/RS 27
23 Participações em fundos garantidores 28
24 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos 30

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO
Pinhalzinho SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Cooperativa está enquadrada no Seguimento 5 (S5), nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017, e deve implementar estrutura simplificada de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (operacional, mercado, liquidez, crédito, capital, continuidade de negócios e socioambiental), de acordo com a complexidade e o porte da Cooperativa. A estrutura de gerenciamento de riscos deverá ser apta a: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta, devendo ser integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos. Entretanto, conforme nota explicativa 24, a estrutura de gerenciamento de risco ainda não foi implementada nesses moldes pela Cresol Central SC/RS ou pela Confederação. Os riscos são atualmente controlados de forma individual, sem a utilização de ferramentas sistêmicas para sua identificação e mitigação. Nossa opinião não está modificada por esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 22 de fevereiro de 2019.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S SC

Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3 S SC

As firmas-membro da Moore Stephens no Brasil, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente, são associadas à Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em reais

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				**Passivo**			
Circulante		**28.890.904**	**25.376.742**	**Circulante**		**29.810.874**	**25.552.587**
Disponibilidades	**3**	96.001	77.807	Depósitos	**10**	20.396.645	17.828.322
Títulos e valores mobiliários	**4**	120.568	484.054	Relações interfinanceiras	**11**	9.020.071	7.504.642
Relações interfinanceiras	**5**	13.579.856	12.199.036	Relações interdependências		3.894	5.257
Operações de crédito	**6**	14.276.208	12.046.454	Outras obrigações	**12**	390.264	214.366
Outros créditos	**7**	533.069	348.700				
Outros valores e bens		285.202	220.691	**Não circulante**		**12.469.653**	**7.327.432**
				Exigível a longo prazo			
Não circulante		**19.399.127**	**12.654.669**	Relações interfinanceiras	**11**	12.461.653	7.327.432
Realizável a longo prazo				Outras obrigações	**12**	8.000	-
Operações de crédito	**6**	18.103.282	11.426.607				
Outros créditos	**7**	186.697	232.321	**Patrimônio líquido**	**13**	**6.009.504**	**5.151.392**
Investimentos	**8**	726.292	685.813	Capital social		5.431.419	4.790.532
Imobilizado de uso	**9**	382.856	309.928	Reserva legal		245.396	178.850
				Sobras acumuladas		332.689	182.010
Total do ativo		**48.290.031**	**38.031.411**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**48.290.031**	**38.031.411**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em reais

	Nota	2018	2017
Ingressos da intermediação financeira		**4.483.530**	**4.061.771**
Operações de crédito		3.645.923	3.118.601
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	**4**	22.749	42.183
Ingressos de depósitos intercooperativos	**5(i)**	814.858	900.987
Dispêndios da intermediação financeira		**(1.990.913)**	**(2.434.832)**
Operações de captação no mercado	**10**	(951.772)	(1.221.400)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	**22b**	(749.909)	(490.770)
Operações com títulos e valores mobiliários		(1.395)	(4.043)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	**6d**	(261.281)	(699.882)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(26.556)	(18.737)
Resultado bruto da intermediação financeira		**2.492.617**	**1.626.939**
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		**(1.791.048)**	**(1.386.687)**
Ingressos de prestação de serviços		940.684	645.482
Dispêndios administrativos	**14**	(1.013.932)	(996.526)
Dispêndios de pessoal e honorários	**15**	(1.127.865)	(932.085)
Outros ingressos operacionais	**16**	91.015	145.846
Outros dispêndios operacionais	**17**	(680.950)	(249.404)
Resultado operacional		**701.569**	**240.252**
Resultado não operacional		(253.420)	6.423
Resultado antes da tributação		**448.149**	**246.675**
Imposto de renda e contribuição social		(761)	(1.271)
Sobra líquida do exercício		**447.388**	**245.404**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em reais

	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	**4.147.651**	**142.434**	**181.128**	**4.471.213**
Aumento de capital com sobras	181.114	-	(181.114)	-
Aumento de reserva com sobras	-	14	(14)	-
Integralizações de capital	558.394	-	-	558.394
Devoluções de capital	(96.627)	-	-	(96.627)
Sobra líquida do exercício	-	-	245.404	245.404
Destinação da reserva legal	-	36.402	(36.402)	-
FATES - cooperados	-	-	(24.268)	(24.268)
FATES - não cooperados	-	-	(2.724)	(2.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**4.790.532**	**178.850**	**182.010**	**5.151.392**
Aumento de capital com sobras	182.002	-	(182.002)	-
Aumento de reserva com sobras	-	8	(8)	-
Integralizações de capital	615.885	-	-	615.885
Devoluções de capital	(157.000)	-	-	(157.000)
Sobra líquida do exercício	-	-	447.388	447.388
Destinação da reserva legal	-	66.538	(66.538)	-
FATES - cooperados	-	-	(44.358)	(44.358)
FATES - não cooperados	-	-	(3.803)	(3.803)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**5.431.419**	**245.396**	**332.689**	**6.009.504**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em reais

	2018	2017
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(220.279)**	**2.280.432**
Sobra ajustada do exercício	1.091.574	1.051.343
Sobra líquida do exercício	447.388	245.404
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	261.281	699.882
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	26.556	18.737
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	278.876	12.863
Depreciações	77.473	74.457
Redução (aumento) nos ativos	(10.664.200)	(7.205.142)
Títulos e valores mobiliários	363.486	(75.772)
Relações interfinanceiras	(1.351.288)	(1.935.987)
Operações de crédito	(9.167.710)	(4.975.571)
Outros créditos e outros valores e bens	(508.688)	(217.812)
Aumento (redução) nos passivos	9.352.347	8.434.231
Depósitos	2.568.323	3.906.788
Relações interfinanceiras	6.649.650	4.487.355
Relações interdependências	(1.363)	(14.745)
Outras obrigações	135.737	54.833
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(190.880)**	**(17.800)**
Aumento de investimentos	(40.479)	(14.774)
Aquisições de imobilizado de uso	(150.401)	(3.026)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	**458.885**	**461.767**
Integralizações de capital	615.885	558.394
Devoluções de capital	(157.000)	(96.627)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**47.726**	**2.724.399**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.174.302	6.449.903
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.222.028	9.174.302
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**47.726**	**2.724.399**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho - CRESOL PINHALZINHO ("Cooperativa") é uma cooperativa de crédito rural, instituição financeira não bancária, de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos e não sujeita a falência.

A Cooperativa está sediada em Pinhalzinho SC e tem sua área de ação nos municípios de Pinhalzinho, Saudades, Nova Erechim, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Bom Jesus do Oeste, Cunhataí, Maravilha, Flor do Sertão, São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos, Iraceminha e Cunha Porã todos no Estado de Santa Catarina.

Tem por objetivo propiciar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas necessidades pessoais e atividades específicas, com a finalidade de melhoria de condições de vida sua e de sua família e fomentar a produção e a produtividade rural, bem como a sua circulação e industrialização, além da formação educacional de seus associados, no sentido de desenvolver o cooperativismo e associativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução n° 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN). É filiada à Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central – SC/RS.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27 e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 22 de fevereiro de 2019.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão por desvalorização de outros valores e bens, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4 Títulos e valores mobiliários e Relações interfinanceiras – ativo

Classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Parte desses títulos garantem operações de repasses de recursos de crédito rural.

A Circular BACEN n° 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução nº 2.682/1999 do BACEN, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.6 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.7 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

b.9 Depósitos à vista e a prazo

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.10 Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

b.11 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.12 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.14 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante supera o ativo circulante em R$ 919.970. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R$ 5.820.326. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R$ 4.900.356.

b.15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social - 17%. A sobra apurada em operações realizadas com cooperados é isenta de tributação.

b.16 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e as relações interfinanceiras (nota 5) são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução nº 3.604/2008 do BACEN.

Descrição	**2018**	**2017**
Disponibilidades	96.001	77.807
Relações interfinanceiras	9.126.027	9.096.495
	9.222.028	**9.174.302**

4 Títulos e valores mobiliários

Descrição	**2018**	**2017**
Títulos de renda fixa **(i)**	120.568	129.799
Cotas de fundos de investimentos **(ii)**	-	354.255
	120.568	**484.054**

(i) Trata-se de recursos investidos em títulos de capitalização emitidos por instituição financeira de primeira linha.

(ii) Trata-se de aplicações em cotas de fundos de renda fixa de instituições privadas. Em 2017, tiveram remuneração média de 97% do CDI. Em 2018, houve o resgate das cotas de fundos de investimentos, e depositados na centralização financeira da Cresol Central SC/RS.

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R$ 22.749 (R$ 42.183 em 2017).

5 Relações interfinanceiras

Descrição	**2018**	**2017**
Centralização financeira **(i)**	13.563.698	12.172.209
Direitos junto ao sistema de liquidação	14.911	22.386
Créditos vinculados	1.247	4.441
	13.579.856	**12.199.036**

(i) Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da Cresol Central SC/RS, determinado no artigo 24 da Resolução n° 4.434/2015 do BACEN, com remuneração de, aproximadamente, 98% do Certificado de Depósito Bancário (CDI). Parte do saldo de centralização financeira encontra-se custodiado pela Cresol Central SC/RS, para garantir operações de repasses na modalidade de custeio (R$ 3.701.470 em 2018 e R$ 2.651.685 em 2017) e enquadramento de liquidez pela Cresol Confederação (R$ 736.201 em 2018 e R$ 424.029 em 2017). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R$ 814.858 (R$ 900.987 em 2017).

6 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

	2018			2017		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Adiantamento a depositantes	6.402	-	6.402	6.476	-	6.476
Cheque especial e conta garantida	76.987	-	76.987	71.267	-	71.267
Empréstimos e financiamentos	4.285.937	5.238.565	9.524.502	3.941.480	3.680.647	7.622.127
Títulos descontados	166.268	-	166.268	171.260	-	171.260
Financiamentos rurais: Próprios	1.112.072	862.383	1.974.455	891.410	1.012.901	1.904.311
Financiamentos rurais: Repasses	9.018.079	12.352.618	21.370.697	7.433.383	7.240.582	14.673.965
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(389.537)	(350.284)	(739.821)	(468.822)	(507.523)	(976.345)
	14.276.208	**18.103.282**	**32.379.490**	**12.046.454**	**11.426.607**	**23.473.061**

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2018			2017		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	162.912	19.808.249	19.971.161	498.192	15.745.151	16.243.343
B	1,0	395.170	10.407.787	10.802.957	577.918	5.036.269	5.614.187
C	3,0	370.732	925.527	1.296.259	212.505	839.672	1.052.177
D	10,0	72.433	345.493	417.926	138.778	11.521	150.299
E	30,0	122.902	22.869	145.771	355.179	61.814	416.993
F	50,0	5.072	71.817	76.889	182.315	390.896	573.211
G	70,0	110.594	20.160	130.754	13.449	48.169	61.618
H	100,0	147.043	130.551	277.594	254.258	83.320	337.578
		1.386.858	**31.732.453**	**33.119.311**	**2.232.594**	**22.216.812**	**24.449.406**

c Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2018	2017
2019	-	4.114.767
2020	5.235.403	2.635.894
2021	3.520.268	1.766.579
2022	2.480.312	1.105.023
2023 a 2028	7.217.583	2.311.867
	18.453.566	**11.934.130**

d Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo inicial	**(976.345)**	**(638.524)**
Créditos baixados para prejuízo	488.530	254.169
Constituição da provisão	(261.281)	(699.882)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 16)	9.275	107.892
Saldo final	**(739.821)**	**(976.345)**

e Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2018, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R$ 1.212.186 (R$ 777.138 em 2017), e em sua maioria encontra-se em processo de cobrança judicial. Em 2018, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$ 69.495 (R$ 32.126 em 2017), registrados em outros ingressos operacionais (nota 16).

7 Outros créditos

	2018			2017		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Créditos por avais e fianças	112.100	-	112.100	34.097	-	34.097
Rendas a receber	316.643	-	316.643	174.946	-	174.946
Diversos:						
Adiantamentos diversos	7.059	-	7.059	6.817	-	6.817
Devedores por compra de valores e bens **(i)**	80.904	190.255	271.159	98.469	238.053	336.522
Títulos e créditos a receber	43.831	-	43.831	49.123	-	49.123
(-) Provisão para outros créditos	(27.468)	(3.558)	(31.026)	(14.752)	(5.732)	(20.484)
	533.069	**186.697**	**719.766**	**348.700**	**232.321**	**581.021**

(i) Compõe o saldo, valores a receber da venda de bens móveis e imóveis recebidos em dação de pagamento. O vencimento final das transações é em 2028.

8 Investimentos

Descrição	**2018**	**2017**
Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central – SC/RS	577.857	577.857
Outras participações	148.435	107.956
	726.292	**685.813**

9 Imobilizado de uso

Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**2018 Líquido**	**2017 Líquido**
Móveis e equipamentos de uso	10%	435.675	(170.206)	265.469	200.221
Sistema de comunicação	20%	2.856	(1.624)	1.232	494
Sistema de processamento de dados	20%	160.508	(107.676)	52.832	34.497
Sistema de segurança	20%	94.378	(56.478)	37.900	30.219
Sistema de transporte	20%	105.674	(80.251)	25.423	44.497
		799.091	**(416.235)**	**382.856**	**309.928**

10 Depósitos

Descrição	**2018**	**2017**
Depósitos à vista	2.634.426	2.024.531
Depósitos a prazo **(i)**	17.762.219	15.803.791
	20.396.645	**17.828.322**

(i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

No exercício de 2018, foram registrados R$ 951.772 (R$ 1.221.400 em 2017) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

11 Relações interfinanceiras

a Composição do saldo

	2018			2017		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Repasses interfinanceiros	9.020.071	12.461.653	21.481.724	7.495.942	7.327.432	14.823.374
Obrigações participantes sistema liquidação	-	-	-	8.700	-	8.700
	9.020.071	**12.461.653**	**21.481.724**	**7.504.642**	**7.327.432**	**14.832.074**

As operações de repasses interfinanceiros são garantidas por caução, penhor, cédulas rurais e avais dos diretores e estão assim demonstradas:

Modalidade	**Encargos financeiros incidentes ao ano**	**2018**	**2017**
Investimento	De 1% a 8,5%	14.006.442	8.764.365
Custeio	De 2,5 a 7,5%	7.274.007	5.806.600
Capitalização	De 1% + SELIC e 2% + TJLP	201.275	202.230
Micro crédito	De 1,5% + TJLP	-	50.179
		21.481.724	**14.823.374**

b Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	**2018**	**2017**
2019	-	1.549.331
2020	2.491.542	1.397.785
2021	1.959.068	1.199.029
2022	1.697.519	934.136
2023 a 2028	6.313.524	2.247.151
	12.461.653	**7.327.432**

12 Outras obrigações

			2018	2017
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	4.540	-	4.540	4.614
Sociais e estatutárias:				
Fundo de assistência técnica, educacional e social **(i)**	71.165	-	71.165	43.064
Cotas de capital a pagar	12.692	-	12.692	-
	83.857	-	83.857	43.064
Fiscais e previdenciárias:				
Impostos e contribuições a recolher	21.033	-	21.033	21.066
Diversas:				
Provisão para pagamentos a efetuar	55.217	-	55.217	46.346
Provisão para garantias prestadas	71.166	-	71.166	33.773
Provisão para contingências **(ii)**	-	8.000	8.000	-
Credores diversos no País	154.451	-	154.451	65.503
	280.834	8.000	288.834	145.622
	390.264	**8.000**	**398.264**	**214.366**

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 13b).

(ii) Cooperativa é ré em 2 demandas de natureza cível, discutidas na esfera judicial, com valor total de R$ 54.729 em 31 de dezembro de 2018. A administração da Cooperativa decidiu com base na opinião de seu assessor jurídico, que indica perda possível, mas não provável, em registrar R$ 8.000 de provisão para contingências em face desse assunto.

Descrição	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**-**
Constituição	8.000
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**8.000**

Conforme seus assessores jurídicos, a Cooperativa não possui outros processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2018.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

13 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 4.151 e 3.801 cooperados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

No exercício de 2018, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R$ 615.885 (R$ 558.394 em 2017) com recursos provenientes de seus cooperados, e também ocorreram devoluções em 2018, no montante de R$ 157.000 (R$ 96.627 em 2017) proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R$ 5.431.419 e de R$ 4.790.532 em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2018 e de 2017, conforme Estatuto Social, tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2018	2017
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	447.388	245.404
Destinações estatutárias:		
Reserva legal **(i)**	(66.538)	(36.402)
FATES **(ii)**	(44.358)	(24.268)
Transferido para FATES	(3.803)	(2.724)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	**332.689**	**182.010**

(i) 15% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;

(ii) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 12 (i)).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de março de 2018, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2017 para aumento de capital (R$ 182.002) e reserva legal (R$ 8).

14 Dispêndios administrativos

Descrição	**2018**	**2017**
Aluguéis	(174.947)	(157.622)
Serviços do sistema financeiro	(145.477)	(141.032)
Serviços de terceiros	(83.673)	(84.178)
Comunicações	(78.109)	(77.822)
Depreciações	(77.473)	(74.457)
Processamento de dados	(47.903)	(142.447)
Serviços técnicos especializados	(47.499)	(19.834)
Manutenção e conservação de bens	(46.520)	(26.021)
Água, energia e gás	(39.171)	(33.252)
Transporte	(28.017)	(21.568)
Tributários	(11.237)	(6.174)
Seguros	(10.993)	(35.065)
Outros	(222.913)	(177.054)
	(1.013.932)	**(996.526)**

15 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	**2018**	**2017**
Proventos	(524.632)	(406.351)
Honorários e cédulas de presença	(224.494)	(210.031)
Encargos sociais	(223.148)	(194.876)
Benefícios a empregados	(155.591)	(120.736)
Treinamentos	-	(91)
	(1.127.865)	**(932.085)**

16 Outros ingressos operacionais

Descrição	**2018**	**2017**
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 6d)	9.275	107.892
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 6e)	69.495	32.126
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	11.836	5.760
Recuperação de encargos e despesas	13	4
Outros ingressos	396	64
	91.015	**145.846**

17 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2018	2017
Convênios com entidades	(263.847)	(146.718)
Rateio de custos com Confederação	(105.729)	-
Descontos concedidos	(69.750)	-
Contribuição ao FGSC	(29.648)	(32.873)
Dispêndios com consultas	(23.867)	(19.970)
Outros dispêndios	(188.109)	(49.843)
	(680.950)	**(249.404)**

18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus cooperados em transações que montam de R$ 3.141.417 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 2.898.563 em 2017), registradas em contas de compensação.

19 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, e relações interfinanceiras.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

21 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2018	2017
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	622.823	854.333
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	269.435	300.898
Patrimônio líquido		
Capital social	85.496	99.453
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	53.063	86.124
Dispêndio com captações	16.282	34.078
Benefícios:		
Honorários	187.342	165.201
Cédulas de presença	37.152	44.830

22 Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central SC/RS

A Cresol Central SC/RS representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

A Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central SC/RS ("Cooperativa Central") tem por objetivos a organização em comum de serviços financeiros, econômicos, creditícios, educativos, habitacionais e assistência técnica aos seus cooperados. Pode praticar todas as operações regidas pela legislação do Sistema Cooperativo do Brasil, Lei n º 5.764/1971, Lei nº 4.595/1964 que criou o Sistema Financeiro e Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional. A Cresol Central SC/RS tem área de atuação nas Unidades Federativas de: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Bahia e Ceará. Autorizada a funcionar pelo Bacen sob nº PT 0401274708; Registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 424000119561.

b Saldos das transações da Cooperativa com a Cresol Central SC/RS nos exercícios

Descrição	2018	2017
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 5)	13.563.698	12.172.209
Ativo permanente		
Investimentos (nota 8)	577.857	577.857
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 11)	9.020.071	7.495.942
Passivo exigível a longo prazo		
Relações interfinanceiras (nota 11)	12.461.653	7.327.432
Principais operações:		
Ingressos com intermediação financeira (nota 5(i))	814.858	900.987
Dispêndio com operações de empréstimos, cessões e repasses	(749.909)	(490.770)

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

23 Participações em fundos garantidores

A Cooperativa tem participações nos seguintes fundos garantidores:

a. Fundo Garantidor de Solidez Cooperativa (FGSC)

O Fundo Garantidor de Solidez Cooperativo – FGSC, é regido por regulamento próprio, disposições legais e regulamentares aplicáveis e por normas deliberadas pelas cooperativas de crédito integrantes do Sistema Cresol Central SC/RS.

Foi criado com a finalidade de dar apoio financeiro vinculado às ações de incentivo e/ou redirecionamento da gestão das cooperativas singulares de crédito integrantes do Sistema Cresol Central SC/RS, quando verificado as seguintes hipóteses:

- Quando o estado econômico-financeiro comprometer a operacionalidade da própria cooperativa singular de crédito filiada ou do Sistema Cresol Central SC/RS;
- Quando sinalizar prejuízo ao quadro social ou à imagem do Sistema Cresol Central SC/RS;

- Quando ocorrer processos de reorganização societária, envolvendo fusão, incorporação, desmembramento das cooperativas singulares de crédito do Sistema Cresol Central SC/RS.

Tem como objetivos, fortalecer o patrimônio das cooperativas filiadas com vistas ao seu regular desenvolvimento, dotando-as de limites operacionais e de recursos financeiros para fazer face às operações de crédito e dispor de reservas para absorver eventuais perdas; recompor limites operacionais das cooperativas beneficiárias dos recursos deste fundo, em conformidade com os estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e os fixados pelo próprio Sistema Cresol Central SC/RS; e, atender outras demandas, desde que caracterizadas situações graves, pontuais, relevantes e/ou urgentes, não previstas neste regulamento, mediante prévia justificada e aprovação do Conselho de Administração da Cresol Central SC/RS.

Compete ao Conselho de Administração do Sistema Cresol Central SC/RS autorizar a liberação dos recursos deste fundo segundo suas regras.

Em 25 de janeiro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Cresol Central SC/RS a doação efetiva dos valores em aberto naquela data, correspondentes aos aportes de recursos do Fundo Garantidor de Solidez Cooperativo (FGSC) realizados em favor de determinadas cooperativas nos exercícios de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

b. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

Os depósitos à vista e a prazo estão garantidos até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução nº 4.284/2013 do BACEN.

24 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas singulares associadas será realizada de forma centralizada pela Cresol Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado e de taxas de juros da carteira bancária, liquidez, operacional, continuidade de negócios, socioambiental e de capital. A política institucional aprovada e ainda não implementada de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração da Cresol Confederação e a estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital que está em fase de implementação será compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das cooperativas singulares associadas do Sistema Cresol. A estrutura de gerenciamento de riscos está evidenciada em relatório de acesso público no site da Cresol Confederação.

a Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte do crédito de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia do tomador, contraparte e interveniente, às vantagens concedidas nas renegociações, aos custos de recuperação e os desembolsos para honrar garantais financeiras prestadas.

O gerenciamento do risco de crédito é um processo dinâmico, reavaliado periodicamente, e envolve diversas áreas do Sistema Cresol, no intuito de apoiar a administração na condução dos negócios mediante a mitigação ou manutenção dos níveis de exposição, compatíveis com as políticas e limites estabelecidos.

Gerenciamento do risco de crédito tem por finalidade:

- Aculturar em todos os níveis do Sistema Cresol, assuntos relacionados a esta política e dos procedimentos relacionados ao gerenciamento do risco de crédito;
- Acompanhar a implementação das metodologias, modelos e ferramentas de gerenciamento do risco de crédito, em conformidade com as regras aplicáveis e que permitam a adequada identificação e tratamento do risco;
- Garantir a aderência com as estratégias de mitigação, concentração e limites de exposição sobre o risco de crédito nas contrapartes envolvidas.

b Risco de mercado e risco de taxa de juros da carteira bancária

Define-se o risco de mercado como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Confederação de Crédito, Cooperativas Centrais e Singulares na carteira de negociação, que é formada pelos instrumentos financeiros com intenção de negociação ou destinada a Hedge.

O risco de taxa de juros da carteira bancária é o risco atual e prospectivo do impacto de movimentos adversos das taxas de juros de capital e nos resultados do Sistema Cresol, para os instrumentos financeiros classificados na carteira bancária, que é formado por aqueles instrumentos não classificados na carteira negociação.

A estrutura de gerenciamento de risco prevê adicionalmente para o risco de mercado e risco de taxa de juros da carteira bancária sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos.

c Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas;

A avaliação dos riscos operacionais é efetuada por meio de uma matriz, em que o nível de risco é definido pela composição das variáveis frequência (probabilidade) e severidade (impacto), associadas aos riscos inerentes ao processo avaliado;
O gerenciamento do risco operacional é um processo dinâmico revisado periodicamente, sendo um trabalho coletivo, envolvendo os donos dos riscos e as diversas áreas da Cresol envolvidas no processo;

Entre os eventos de risco operacional, incluem-se: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e perdas resultantes de eventos externos, ou de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas ou sistemas são registradas, constituindo uma base sistêmica de perdas operacionais.

d Continuidade de negócios

A gestão de continuidade de negócios deve estabelecer processo para análise de impacto nos negócios que inclua: identificação, classificação e documentação dos processos críticos de negócio; avaliação dos potenciais efeitos da interrupção dos processos; estratégias para assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio; planos de continuidade de negócios que estabeleçam procedimentos e prazos estimados para reinício e recuperação das atividades em caso de interrupção dos processos críticos de negócio, bem como as ações de comunicação necessárias.

e Risco de liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios, que possam afetar a capacidade de honrar eficientemente obrigações esperadas e inesperadas, inclusive operações de negócios que podem estar vinculadas a prestação de garantias. E a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Adicionalmente, é acompanhado o Plano de contingência de liquidez para a Cooperativa, o qual define responsabilidades, estratégias e procedimentos para enfrentar situações de estresse.

f Risco socioambiental

Define-se o risco socioambiental como a possibilidade de perdas decorrentes de danos ambientais causados pela instituição financeira no desenvolvimento de suas atividades, ou por ações de tomadores de crédito, fornecedores e/ou prestadores de serviços com os quais a instituição financeira possui relacionamento.

Os mecanismos e critérios para o gerenciamento do risco socioambiental permite a identificação, a classificação, a avaliação, o monitoramento, a mitigação e o controle do risco socioambiental presente nas atividades e operações do Sistema Cresol, assim como nas operações de crédito com contrapartes relacionadas a atividades econômicas com maior potencial de causar danos socioambientais.

g Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela Cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

Romeu Both	**Katiana Conte Schwade**
Presidente e Diretor responsável pela área contábil	**Contadora CRC: 032.837/O-5**
CPF 831.587.589-20	**CPF 054.836.129-06**

*** fim ***

CRESOL

COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA | **CENTRAL SC/RS**

Crédito para seus sonhos

www.cresolcentral.com.br